



## REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ATRIBUÍDAS PELOS SUJEITOS ESCOLARES AO (SUB)ESPAÇO GEOGRÁFICO ESCOLA

Kinsey Pinto

Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente,  
Maceió, AL, Brasil

[kinsey.pinto@igdema.ufal.br](mailto:kinsey.pinto@igdema.ufal.br)

**RESUMO** - O presente artigo apresenta a compreensão do espaço escolar como um subespaço que faz parte do *todo* – uma possibilidade de leitura do *Espaço Geográfico* -. A partir de uma metalinguagem da Geografia parece ser possível entendermos a escola como um subespaço. O *(sub)espaço geográfico escola*. Construído esse conceito, identificamos as categorias e os conceitos operacionais que contribuem para a análise interna do subespaço geográfico escola, levando, à reflexão e à compreensão da instituição escola. Como objeto desta proposta de trabalho apresenta-se: As representações sociais que são atribuídas ao (sub)espaço geográfico escola – relações estabelecidas entre os Sujeitos escolares e o espaço escolar. E, enquanto objetivo geral buscaremos: Compreender as relações de identidade que os Sujeitos constroem temporariamente com o (sub)espaço geográfico escola com o apoio da ciência geográfica.

Palavras-chave: Espaço Geográfico, Sujeito, Representações Sociais, Ensino, (Sub)espaço Geográfico Escola.

## SOCIAL REPRESENTATIONS ASSIGNED BY SCHOOL SUBJECTS TO (SUB) SCHOOL GEOGRAPHIC SPACE

**ABSTRACT** – This article presents the understanding of the school space as a subspace that is part of the whole - a possibility of reading the Geographic Space -. From a metalanguage of Geography it seems to be possible to understand the school as a subspace. The geographic (sub)space school. Built this concept, we identify categories and operational concepts that contribute to the internal analysis of the geographic subspace school, leading to reflection and understanding of the school institution. As object of this work proposal is presented: The social representations that are attributed to the geographical (sub) school space - relationships established between the School subjects and the school space. And, as a general objective we will seek: To understand the relations of identity that the Subjects construct temporarily with the geographic (sub)space school with the support of geographic science.

Keywords: Geographic Space, Subject, Social Representations, Teaching, Geographic (Sub)space School.

### PELO ESPAÇO DA ESCOLA

Para nós a escola de hoje abstém, em parte, de ser apenas um local para o exercício da aprendizagem responsável pela formação dos Sujeitos. As relações que são estabelecidas entre os Sujeitos que compõe esse espaço parecem tomar parcialmente essa função, colocando as relações dos processos de ensino e aprendizagem em segundo ou terceiro plano.

Assim temos uma inquietude inicial: Como os Sujeitos que compõe o Espaço Geográfico lêem este (Sub)espaço Escola? Cabe ressaltar que o termo O (sub)espaço aqui não está condicionado à uma submissão do espaço, pelo contrário, refere-se à um determinado recorte, ou ainda, à uma limitação escalar. A partir dessa leitura e da interação, que os Sujeitos estabelecem nesse espaço,

parece ser possível incorporar em uma análise das categorias do espaço geográfico apontando como a identidade escolar se faz, ou não, presente. Qual é a representação social que hoje é atribuída ao (sub) espaço geográfico escola? A partir desse estudo, pretendemos apresentar, ainda que temporariamente, a relação/representação da sociedade com esse subespaço, **refletindo sobre o Ensino e o papel que a ciência Geográfica tem exercido enquanto disciplina escolar.**

Na tentativa de uma “colagem” para o conceito de um *subespaço geográfico escola*, entendemos neste momento que, primeiramente, se faça necessária a compreensão do Espaço Geográfico. O espaço, nos parece ser neste momento, o resultado da ação e objeto articulados, potência e ato dialeticamente integrados num sistema, sendo “*formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá*” (SANTOS, 1996, p.51). E o (sub)espaço geográfico escola, enquanto parte do Espaço Geográfico se apresenta como resultado temporal e provisório da ação e objeto articulados, ou não.

Para dar conta desta nossa preocupação parece ser importante compreendermos a categoria espacial da totalidade – um processo básico externo ao espaço –, reexaminado suas transformações, processos, atuação com a própria existência do espaço geográfico, bem como suas formas de aparência. Refere-se à noção de totalidade ao conjunto de todas as coisas e de todos os homens, em sua realidade, ou seja, em suas relações, e em seu movimento. Totalidade é o tecido absoluto das partes em relação mútua. Compreende conjuntamente o Planeta, isto é, natureza e comunidade humana – duas formas principais da totalidade. Conhecimento da totalidade sugere sua desarmonia, está sempre em movimento em um cíclico processo de totalização. Dessa forma, o espaço é numa especificação do conjunto social, um aspecto particular da sociedade global. O todo só se faz através do conhecimento das partes (fragmentos), e essas se fazem simultaneamente somente através do todo – processo de totalização.

A totalidade é, ao mesmo tempo, o real-abstrato e o real concreto. Só se torna existência, só se realiza completamente, através das formas sociais, incluindo as geográficas. E a cada momento de sua evolução, a totalidade sofre uma metamorfose. Volta a ser real-abstrato. (SANTOS, 1996, p.98.)

O movimento da totalidade parece alterar os signos das variáveis que o constitui, pois os signos não acompanham o movimento, ou seja, a cada transformação social, obrigatoriamente, renovam-se ideologias e símbolos que assumem novos e mutantes sentidos nesse processo.

Ao procurarmos compreender o espaço escola como um (sub)espaço do Espaço Geográfico que é constituído por esse conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações constantemente tensionados entre si (SANTOS, 1996), acreditamos ler um espaço imediato de análise capaz de representar as tensões do mundo, e, que, ao mesmo tempo assume uma individualidade quase que impossível de ser compreendida isoladamente. Nessa leitura, do (sub)espaço geográfico escola, aplicamos as mais variadas categorias do Espaço Geográfico. Desta forma pensamos encontrar nesse (sub)espaço, mesmo que temporariamente, a identidade da sociedade de hoje.

## O ENSINO E O ENSINO DE GEOGRAFIA

Entendemos que hoje o Ensino está articulado sobre a base da instituição Escola. A sua fragmentação, no modo de conceber o ensino e o espaço escolar eximindo-se de atender este complexo espaço escolar como uma conjuntura de processos, ainda é um retrocesso. Acreditamos neste momento que se faça necessária uma reflexão do ensinar/aprender, não

somente no viés de didático-pedagógico, mas principalmente na valorização do Sujeito professor e do Sujeito aluno. Pensamos que ser Sujeito Professor hoje é muito mais que *passar bem a matéria*, é ser Sujeito provocador de transformações.

Para Castrogiovanni (2007b), essa transformação só ocorre se:

[...] os *Sujeitos* professores e a instituição escola, na sua complexidade, devem estar comprometidos com que chamamos de “fazer sociedade com cidadania”. A escola deve provocar o *Sujeito aluno* (educando) para conhecer e conquistar o seu lugar no mundo em uma teia de justiça social. (p.44).

Assim, parece que o ensino não depende exclusivamente do professor, assim como aprendizagem não é algo apenas de aluno. Pensamos neste momento textual não haver [...] “*docência sem discência, as duas se explicam, e seus Sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender*” (FREIRE, 1996, p.25).

Freire (1996) parece justificar o pensamento de que o professor não é superior, melhor ou mais inteligente, porque domina conhecimentos que o educando ainda não domina, mas é como o aluno, participante do mesmo processo da construção da aprendizagem.

Parece ser necessário o rigor metódico e intelectual que o educador deve desenvolver em si próprio, como pesquisador, sujeito curioso, que busca o saber e o assimila de uma forma crítica, não ingênua, com questionamentos, e orienta seus alunos a seguirem também essa linha metodológica de estudar e entender o mundo, relacionando os conhecimentos adquiridos com a realidade de sua vida, sua cidade, seu meio social. Freire (1996), afirma que “[...] *não há ensino sem pesquisa nem pesquisa sem ensino*” (p.32). Esse pesquisar, buscar e compreender criticamente só ocorrerá se o professor souber pensar. Para Freire, saber pensar é duvidar de suas próprias certezas, questionar suas verdades. Se o docente faz isso, terá facilidade de desenvolver em seus alunos o mesmo espírito.

O professor que pensa tende a não deixar transparecer aos alunos que uma das bonitezas de nossa maneira de estar no mundo e com o mundo, como seres históricos, é a capacidade de intervindo no mundo, conhecer o mundo Para Freire (1996): “[...] *Ensinar, aprender e pesquisar lidam com dois momentos: o em que se aprende o conhecimento já existente e o em que se trabalha a produção do conhecimento ainda não existente* (p.31).

Logo, ensinar, para Freire (1996), requer aceitar os riscos do desafio do novo, enquanto inovador, enriquecedor, e rejeitar quaisquer formas de discriminação que separe as pessoas em raça, classes... É ter certeza, mesmo provisoriamente, de que faz parte de um processo inconcluso, apesar de saber que o ser humano é um ser condicionado, portanto há sempre possibilidades de interferir na realidade a fim de modificá-la. Acima de tudo, ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando.

O respeito à autonomia e à dignidade de cada um parece ser imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros

[...] O *Sujeito* professor que desrespeita a curiosidade do *Sujeito aluno* (educando), o seu gosto estético, a sua inquietude, a sua linguagem, o professor que ironiza o aluno, que o minimiza que manda que “ele se ponha em seu lugar” ao mais tênue sinal de sua rebeldia legítima, tanto quanto o *Sujeito* professor que se exime do cumprimento de seu dever de propor limites à liberdade do aluno, que se furta ao dever de ensinar, de estar respeitosamente presente à experiência formadora do *Sujeito aluno* (educando), transgredir os princípios fundamentalmente éticos de nossa existência (FREIRE, 1996, p. 66).

Nossa breve experiência pedagógica encaminha para uma verdade provisória: é importante que os Sujeitos professores e os Sujeitos alunos sejam curiosos, instigadores. "É preciso [...], que o professor se ache repousado no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano" (Idem, p. 96). Faz-se necessário, portanto, que se proporcionem momentos para experiências, para buscas. O Sujeito professor precisa estar disposto a ouvir, a dialogar, a fazer de suas aulas momentos de liberdade para falar, debater e ser aberto para compreender o querer de seus Sujeitos alunos. Para tanto, é preciso querer bem, gostar do trabalho e do Sujeito aluno. Talvez, não com um gostar ou um querer bem ingênuo, que permite atitudes erradas e não impõe limites, ou que sente pena da situação de menos experiente do Sujeito aluno, ou ainda que deixa tudo como está que o tempo resolve, mas um querer bem pelo ser humano em desenvolvimento que está ao seu lado, a ponto de dedicar-se, de doar-se e de trocar experiências, e um gostar de aprender e de incentivar a aprendizagem, um sentir prazer em ver o Sujeito aluno descobrindo o conhecimento.

Freire (1996), coloca que os saberes que considera necessários à prática docente, orienta ao mesmo tempo em que incentiva os Sujeitos professores a refletirem sobre seus fazeres pedagógicos, modificando aquilo que acharem preciso, mas especialmente aperfeiçoando o trabalho, além de fazerem a cada dia a opção pelo melhor, não de forma ingênuo, mas com certeza de que, se há tentativas, há esperanças e possibilidades de mudanças daquilo que em sua visão necessita mudar.

Ao longo dos cursos de graduação em Geografia e diante dos inúmeros debates extraclasse, graduandos e graduados ainda se perguntam: o que é a Geografia? Como ensiná-la? A Geografia pode ou não transformar o mundo? Como pensar a Geografia como algo *vivo*? Como auxiliar os Sujeitos a contextualizarem as suas visões de mundo através da Geografia? Entre tantas outras verdades, que consideramos provisórias, existentes nessa ciência... Pensamos ver a Escola como um lugar para a Geografia ser ensinada e ter ensino de Geografia onde as verdades são muitas, talvez infinitas, mas provisórias.

É claro que, com o viver o tempo, acomodam-se muitas verdades sobre Geografia. Descobre-se que ela estuda as relações que se estabelecem no *espaço*. Ela é também uma ciência social, portanto é mais do que descrições de objetos que devem ser memorizados pelos Sujeitos alunos. Ela estuda o espaço em que o sujeito (re) constrói em suas diferentes escalas e inseridos em simultâneas redes.

Paulo Freire (1996) afirma que antes do Sujeito aluno ler as palavras, ele lê o espaço, comprovando a extrema importância de conduzir o sujeito a interpretar o seu espaço, sempre contextualizando a sua particular realidade que se insere no *todo*. Através da Geografia é possível encontrarmos uma ciência que conduz o sujeito pelo caminho da crítica e do conhecimento. Isso só é real quando se instiga a aventura criadora, ao *desequilíbrio*, à dúvida... Conforme Callai (2003, p.57):

A Geografia é uma ciência social. Ao ser estudada, tem de se considerar o aluno e a sociedade em que vive. Não pode ser um a coisa alheia, distante, desligada da realidade. Não pode ser um amontoado de assuntos, ou lugares (partes do espaço), onde os temas são soltos, sempre defasados ou de difícil (e em muitas vezes inacessível) compreensão pelos alunos. Não pode ser feita apenas de descrições de lugares distantes ou de fragmentos do espaço.

Nos estágios de docência realizados geralmente nos últimos semestres da graduação, alunos preparam aulas em diferentes escolas e realidades. Deparam-se, na maioria das escolas, com um ensino *morto*, trata-se de uma Geografia sem energia, despojada de emoção pois não encerra em si dúvidas e conflitos de posturas. Ensinada sem ter a preocupação com as habilidades, mais exigente com conceitos que muitas vezes estão distantes dos significados possíveis de serem construídos pelos Sujeitos escolares. Uma Geografia muitas vezes fragmentada e livre de processo de reflexão e contextualização para com o espaço vivido. Como relata Gonçalves (1987, p.17):

O saber geográfico dominante fala de clima, vegetação, relevo, hidrografia, população, principais economias, etc. O pretender falar de todas as coisas acaba na verdade produzindo uma visão caótica do mundo, não analisando como as coisas se formam, se produzem, se estruturam e se constituem como totalidade.

Parece ser necessário que o saber geográfico saiba que assim não pode querer ser um saber geográfico de (des)acomodação e capaz de (re)desenhar a sociedade.

É incrível, como podemos ainda não pensar que ensinamos (Será mesmo que ensinamos?) aos alunos essa Geografia caótica relatada por Gonçalves, que se propõe a verdades eternas, à crítica sobre o mundo e muito menos à (re)significações de leituras do espaço em que vive? Incomodados com essa realidade, alguns graduandos e graduados em Geografia percebem que está na hora de propor uma mudança nos caminhos mais comumente traçados para o ensino em Geografia, pois: “Resumindo: a Geografia existe desde sempre, e nós a fazemos diariamente. Devemos romper então com aquela visão de que a Geografia é algo que só veremos em aulas de Geografia” (KAERCHER, 2003, p. 11) e ilustrar com a dinamicidade e as verdades da vida!

Então, até quando continuará sendo reproduzida essa Geografia tradicional? Até quando desestimulará os alunos a pensarem? Até quando será transmitida uma educação irrealista, uma escola excludente? Como sugere Perrenoud (2002, p.13):

O pensamento e as idéias podem atravessar fronteiras, mas os brasileiros é que definirão as finalidades da escola no Brasil e, conseqüentemente, formarão seus professores. A questão é saber se o farão de forma democrática ou se a educação continuará sendo, como na maioria dos países, um instrumento de reprodução das desigualdades e de sujeição das massas ao pensamento dominante.

Diante desse cenário que estão a maioria das escolas, pensamos: será que ainda vale a pena acreditar o *novo* ensino em Geografia ou não? Pensamos, neste momento que sim, porém é preciso criar desassossegos para sonhar e romper com a atual estrutura do ensino praticado.

## O ESPAÇO ESCOLA

Para um melhor entendimento do surgimento da escola parece ser importante que façamos uma distinção de escola e de educação. A origem da educação está diretamente associada à origem dos Sujeitos. Na busca de sua sobrevivência, o ser humano, precisou admitir e relacionar as leis da natureza, ou seja, precisou aprender a viver vivendo, dando início ao processo de auto-educação.

Em seus primeiros passos, os seres humanos, vivendo coletivamente, utilizavam-se de meios de existência primárias: primeiramente em função coleta de alimentos e recursos para garantir a vida e conseqüentemente em função da agricultura e pecuária. Logo, a educação passava a ser o alicerce da própria vida, homens e mulheres se educavam no cotidiano e na alternância de gerações.

[...] Neste período a família e a comunidade próxima davam conta da transmissão dos conhecimentos necessários para transformar cada criança em um participante pleno de seu grupo social. Convivendo, as crianças aprendiam a língua, os costumes, a religião, as normas da comunidade, bem como as suas técnicas de sobrevivência. Aprendiam os papéis masculinos e femininos diretamente com os adultos e as lendas, os mitos, as crenças, com os membros mais velhos do grupo social” (XAVIER, 2003, p.55)

Na organização do grupo social e nas respectivas funções atribuídas e distribuídas a cada membro do grupo, percebe-se a configuração de um espaço social como base da “*comunidade próxima*”. Reflete-se, então, num (*proto*)território, a partir das relações de interação com a natureza externa, identificação com membros do grupo, movimentação sobre o espaço por meio de práticas sociais.

A troca do estilo de vida do ser humano, passagem das primeiras formas de garantir a sobrevivência em função da coleta, pela agricultura e pecuária, obriga o ser humano a suprimir a forma nômade e fixarem-se sobre a terra, assim, as relações de poder intensificam-se, modelando diferenças sociais sobre o espaço. As classes sociais.

Para Xavier (2003), parece ser, nessa diferenciação entre os membros da comunidade que se esboça a origem da escola. É nesse período, que parte do grupo social (proprietários de terras) permite-se a viver do ócio, uma vez que, não é preciso mais trabalhar para sobreviver, pois outra parte do grupo (a maioria) é sobrecarregada por essa função. No contexto da folga do trabalho, do descanso e do lazer que há a possibilidade do advento da instituição escolar. Aqueles que possuíam tempo livre reuniam-se para dedicarem-se em conjunto às tarefas da escola (*lugar do ócio* em grego), enquanto a outra parcela sócia mantinha-se constantemente atrás de sua sobrevivência: trabalhando e educando-se a partir do próprio trabalho. A autora, afirma também que essa situação parece ter se mantido ao longo de toda a Idade Média, desde o Classicismo as funções educacionais admitem valores desiguais de acordo com os segmentos sociais (clero, nobreza, burguesia e “demais” – trabalho físico, que exige pouca instrução).

De certa forma, esses valores desiguais que concebem as atividades educacionais a partir do *status* social perduram atualmente. Compreendemos aqui, que o (sub)espaço geográfico escola de hoje, neste aspecto sócio-econômico, trata-se em parte, de uma reprodução invariável desde a origem da escola. Será que está diferenciação educação não instiga a diferenciação e o afastamento da sociedade, tornando-a cada vez mais segregada e impondo mais limites internos ao Espaço Geográfico?

Na configuração da escola a organização e as principais funções tomam formas parciais junto com o advento da modernidade - nessa fase conta com setores populares -, com surgimento da sociedade urbano-industrial e com a instalação do modo de produção capitalista na Europa e nos Estados Unidos, diretamente influenciados pela revolução Francesa. Conforme Xavier (2003)

“[...] o surgimento da educação escolar não coincide apenas com o advento do capitalismo e da industrialização, ela é fundamentalmente determinada pela emergência dos estados territoriais-administrativos da Modernidade – os estados nacionais -, que criaram sistemas de escolarização de massa para a educação da população embasada na pedagogia cristã. Administração burocrática e pedagogia pastoril-disciplinar são as características do sistema escolar moderno criado para a cristianização das populações leigas, pela transferência disciplina espiritual para as rotinas da vida diária” (p.57).

Visando a gestão territorial e populacional o Estado utilizará o espaço da escola como uma solução para um rol de problemas da modernidade, tais como o crescimento demográfico, a necessidade de trabalho produtivo mantendo a população controlada e disciplinada, além de fortalecer capacidades sociais – desenvolvimento -. No século XVIII, transformações sociais e políticas apresentam a escola como uma necessidade. Nos séculos seguintes a necessidade da escola se faz indispensável na participação da vida social, posteriormente, na melhoria da qualidade de vida da população.

A escola como instituição social, no caminhar histórico, representou um local relevante para os diversos povos e sociedade, tendo peculiaridades específicas de acordo com contexto social vigente. Isto implica dizer que, sobre a escola ocorre uma construção social produzida de modo coletivo, incluindo valores, crenças, idéias e pensamentos que acabam influenciando a identidade social de determinados grupos. Para Lima (2006, p.116), “o valor atribuído pela sociedade à instituição escolar pode desencadear aspectos favoráveis ou desfavoráveis. Isso faz com que os alunos demonstrem, em suas práticas sociais diárias, a identificação com a escola [...]”.

Assim, acreditamos que a escola passa a ser um local amplo, culturalmente múltiplo que abrange elementos organizacionais de questões sociais multidimensionais, o que nos permite relacionar diretamente à complexidade do espaço geográfico, bem como, ao subespaço geográfico escola.

A escola no início do século XXI se depara, com graves problemas sociais e pedagógicos a situação educacional brasileira comporta duas constatações opostas e ao mesmo tempo verdadeiras. De um lado ocorrem progressos reais, seja na diferenciação interna do sistema nacional de educação, seja na democratização dos diferentes ramos do ensino. De outro lado, a que de o caminho percorrido é ainda insuficiente para estabelecer equilíbrio entre as exigências educacionais do presente e os meios organizados para atendê-las. Segundo Fernandes (1966, p.05), *“tanto o número de escolas quanto a qualidade da instrução nelas transmitida se mantêm muito abaixo das necessidades educacionais prementes das várias regiões e das várias camadas da população do País”*.

A sociedade tem deixado a escola aos caprichos da sorte, nada ou pouco fazendo. E diante desta realidade em que se encontra a escola hoje, a grande sociedade não teve a lucidez de exigir seus direitos, permanecendo na comodidade e indiferente diante das irresponsabilidades para com a educação. A resolução das problemáticas das escolas ocorre por falta de uma verdadeira consciência político-educacional.

A partir das formas de relacionamento estabelecidas pelos Sujeitos escolares, temos condições de estabelecer ferramentas de estudo do subespaço geográfico escola, possibilitando, assim, uma apresentação da situação no ambiente e escolar e juntos buscar práticas que viabilizem a escola de desempenhar seu papel de formação do sujeito. E quem sabe, adquirir subsídios para atender uma das maiores inquietações na busca de uma reforma da uma escola que necessita de motivação, processos, reflexão e comunicação: Qual(is) representação(ões) social(is) é(são) atribuída(s) ao subespaço geográfico escola hoje? De que forma podemos (re)pensar a escola a partir dessa leitura? E como o ensino da Geografia pode/tem contribuído?

## OS SUJEITOS ESCOLARES

Ao pensar em pesquisar qualquer espaço sobre o olhar geográfico parece ser necessário buscar compreender temporariamente o porquê deste enfoque e o que ele acarreta. A Geografia tem como carro-chefe o espaço, especificamente, o espaço geográfico, esse como já foi visto capaz de produzir e reproduzir outros espaços, em distintas escalas e formas. Logo, a Geografia é a ciência que estuda também a série de (inter)(rel)ações entre o Sujeito e o meio, o meio e o Sujeito, e, indiretamente, o Sujeito e o Sujeito, bem como, o meio e o meio. Todavia, ficaremos neste momento com a base: Sujeito x meio e meio x Sujeito. Para o meio, já o classificamos nesta pesquisa como o (sub)espaço geográfico e para a categoria Sujeito, o conceito de Edgar Morin:

[...] a noção de sujeito tem a ver com a natureza singular de sua computação, desconhecida por qualquer computador artificial que possamos fabricar. Essa computação do ser individual é a computação que cada um faz de si mesmo, por si mesmo e para si mesmo. É um *cômputo*. O *cômputo* é o ato pelo qual o sujeito se constitui posicionando-se no centro de seu mundo para lidar com ele, considerá-lo, realizar nele todos os atos de preservação, proteção, defesa, etc. (MORIN, 2006. p.120)

Assim, podemos dizer que a noção de Sujeito se posiciona de maneira egocêntrica perante o mundo, concebendo através de relações de forma radiocêntrica. Caracterizando o Sujeito como uno e múltiplo, um ser complexo, simultaneamente a parte e Sua totalidade. Essa parte e essa Sua totalidade, são singulares de sujeito para sujeito, são constituídas a partir de sua Identidade.

Conforme Paul Claval (1995, p.98), “a identidade é de uma só vez individual e coletiva. As atitudes, os gostos e a experiência variam em cada pessoa, mas a interiorização, (...), os valores a respeitar, tende a impor uma mesma forma à imagem que se faz de si mesmo. Isto não ocorre sem conflitos.”

A partir de uma interpretação, apoiada no conhecimento e na identidade, os Sujeitos fornecem significados aos objetos e as ações, assim, o lugar recebe valores, impondo suas raízes e propriedades sobre o espaço. Os Sujeitos alunos e os Sujeitos professores ao atribuir valores à escola, proporcionarão uma maior comunicação-reflexão-dinamização aos processos relacionados às funções exigidas da escola.

Para Castrogiovanni (2004, p.284):

O Sujeito é uma noção que parece existir na interação *indivíduo-ser-existência*. Pensamos ser apenas um ponto na imensidão do espaço e do tempo. É, efetivamente, um ponto, mas o ponto substantiva-se não só pela sua concentração espacial, mas pelos encontros que o constituem.

Assim, nos parece que, não só as relações de identidade se fazem presentes no (sub)espaço geográfico, como também, as de alteridade. Configurando a este espaço, mais uma vez, uma qualidade complexidade. Contextualiza-se também, o perfil dos Sujeitos professores e dos Sujeitos alunos, revelando, o que parte desses Sujeitos procuram nesse (sub)espaço e a paisagem desse recorte espacial de hoje.

Para pesquisar que representações sociais são atribuídas á esse subespaço, nos referimos a dois tipos de Sujeitos: o Sujeito Professor e o Sujeitos Aluno, dentre as demais personagem que atuam sobre este espaço (Sujeito Funcionário, Sujeito Diretor, Sujeito Administrador, Sujeito Responsável pelo sujeito aluno e Sujeito Sociedade), são essas duas categorias (Sujeitos) que julgamos de maior importância, neste período da pesquisa, pois são os Sujeitos que parecem imprimir, ou não, com traços mais fortes os caracteres que acreditamos, futuramente, enriquecer os possíveis produtos deste trabalho. Através da compreensão do que os Sujeitos professores e Sujeitos alunos são no espaço geográficos – quê ações exercem? Quais são as funções que estão submetidos, ou não? Quais são as representações sociais imprimem sobre o espaço? E por quê?

## A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Dentro da área da Psicologia Social, a Teoria das Representações Sociais, elaborada por Serge Moscovici em 1961, aborda o conhecimento prático e das teorias do senso comum, que são percebidas, vivenciadas, formuladas e transformadas pelos Sujeitos, de modo a compreenderem os contextos sociais e ideológicos da realidade social. Pensamos que talvez coubesse a Geografia, ciência encarregada pelo estudo de (inter)(pluri)rel(ações) do meio e do Sujeito e vice-versa, compreenderem também, assim como a Psicologia, os contextos sociais, uma vez que, eles se dão sobre um determinado tempo e espaço, e esse espaço, é geográfico. Assim, acreditamos que a Teoria das Representações Sociais seja mais uma ferramenta de grande utilidade para a Geografia na reflexão do espaço.

As representações sociais parecem se apresentarem como modalidades do conhecimento prático orientadas para a comunicação e para compreensão do contexto social material, ideológico em que vivemos. São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se reduzem apenas aos conhecimentos cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação entre os indivíduos.

As representações sociais podem ser manifestadas através de *textos*, sentimentos, comportamentos, e devem ser analisadas a partir da compreensão de condutas sociais dos Sujeitos

do espaço geográfico. Segundo Sandra Jovchelovitch (1994), na Teoria das Representações Sociais, o espaço dotado de valores, signos e imagens, é conhecido por Espaço Potencial:

[...] o espaço potencial vai além dessas fronteiras, porque nele os *Sujeitos* (pessoas) não estão nem no mundo da fantasia, nem no mundo da realidade dos outros, mas em um terceiro e paradoxal lugar que contém os dois mundos ao mesmo tempo. O espaço potencial é, portanto o espaço dos símbolos. Símbolos pressupõem a capacidade de evocar presença apesar da ausência, já que sua característica fundamental é o que eles significam uma outra coisa. Neste sentido, eles criam o objeto *representado*, construindo uma nova realidade para a realidade que já está lá. Eles provocam uma fusão entre o sujeito e o objeto. (p.74).

O objetivo da Teoria das Representações Sociais é observar: como os grupos interagem e difundem crenças, imagens, ideologias; como criam, interpretam e simbolizam; como produzem signos e espaços; como fundam lugares plenos de significados; e valores; como se influenciam, com o uso da linguagem como elemento de interação.

As representações dos Sujeitos sobre o meio sociocultural são atribuídas de significados e refletem a forma que acomodam e assimilam a realidade. Podemos identificar diversas maneiras de interpretação sobre o que se opera, assim como os Sujeitos também aplicam as mais diferentes representações sobre o mundo em que vivemos. Conforme Kimura (2008, p.133), “*as representações feitas pelos Sujeitos (homens), ao falarem do mundo do qual eles fazem parte, estão plenas de significados. Para a sua elaboração, exercem um papel essencial a linguagem e a criação de signos que são suas expressões*”.

Assim, a linguagem e a criação de signos fazem parte da constituição dos Sujeitos e dos significados inseridos em suas representações de mundo. As representações sociais são elaboradas coletivamente a partir da realidade cotidiana. Dessa maneira, as representações são fenômenos sociais devem ser entendidos a partir do seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas que servem e das formas de comunicação onde circulam.

E no (sub)espaço geográfico escola quais são os fenômenos sociais gerados? Os Sujeitos escolares estão cientes dessas representações, ou não? Quais são os signos e as expressões de maior significância para os Sujeitos na atualidade?

Sendo, então, a partir do entendimento da representação social como uma leitura de representações simbólicas, a atividade representacional um trabalho da psique, como resgatar o produto parcial, temporal e provisório de forma que contribua para o pensamento Geográfico? Em outras palavras, como traduzir repostas psicossociais em informações para um estudo de cunho geográfico? É fundamental o cuidado ao “navegar” pelo complexo “oceano” da psicologia social, uma vez que para nós: o espaço parece estar em primeiro lugar.

E, é, na metalinguagem da Geografia que pensamos encontrar um enfoque, o Espaço Geográfico, capaz justifica a necessidade da utilização da ferramenta representação social sobre determinado recorte espacial.

## A GEOGRAFIA E O SEU ESPAÇO GEOGRÁFICO

Na busca de um conceito para o *subespaço geográfico escola*, entendemos que, primeiramente, se faz necessária uma compreensão do Espaço Geográfico. Concebido como objeto de estudo da Geografia o espaço geográfico, segundo Ruy Moreira (1985), é a materialidade do processo do trabalho, trata-se da “relação homem-meio” em uma expressão historicamente concreta.

[...] é a natureza, mas a natureza em seu vaivém dialético: ora a primeira que se transforma em segunda, ora mais adiante a segunda que reverte em primeira, para mais além voltar a ser segunda. [...] História na sua expressão concreta de dada sociedade [...]. (MOREIRA, 1985, p.86.)

Parece se tratar de um espaço produzido, produtor, reproduzido e reproduzidor. Está sempre em transformação, transformando conjuntamente a sociedade na sua eterna dinamicidade.

Corresponde a um espaço construído e alterado pela sociedade, pode ser definido com sendo o palco das realizações humanas nas quais estão as relações entre os homens e desses com a natureza. O espaço geográfico abriga mulheres e homens e todos os elementos naturais, tais como relevo, clima, vegetação e tudo que nela está inserido.

É através do trabalho que o Sujeito tem construído aquilo que é indispensável à sua sobrevivência. O termo “trabalho” significa todo esforço físico e mental humano com finalidade de produzir algo útil a si mesmo ou a alguém.

O conjunto de atividades desempenhadas pelas sociedades continuamente promove a modificação do espaço geográfico. A partir da Primeira Revolução Industrial foi enfatizada a retirada de recursos dispostos na natureza a fim de abastecer as indústrias de matéria-prima, que é um item primordial nessa atividade, ao passo que a população crescia era acompanhado pelo alto consumo de alimentos e bens de consumo.

Com o avanço tecnológico, criou-se uma série de mecanismos para facilitar a manipulação dos elementos da natureza, máquinas e equipamentos facilitaram a vida do homem e dinamizaram o processo de exploração de recursos, como os minerais, além do desenvolvimento de toda produção agropecuária com a inserção de tecnologias, como tratores, plantadeiras, colheitadeiras e muitos outros.

Na produção agropecuária se faz necessário transformar o meio, pois retira toda cobertura vegetal original que é substituída por pastagens e lavouras, essas derivam outros impactos como erosão, poluição e contaminação do solo e dos mananciais.

Nos centros urbanos as alterações são percebidas nas construções presentes, essas transformações ocorrem em loteamentos que em um período era somente uma área desabitada e passou a abrigar construções residenciais, além de áreas destinadas ao comércio e indústria. Desse modo, nas cidades de todo mundo sempre ocorrem modificações no espaço, são identificadas nas novas construções, nas reformas de residências, lojas e todas as formas de edificações.

Diante dessas considerações (re)constata-se que o espaço geográfico não é estático, pois até mesmo a deteriorização de um edifício ou monumento é considerado uma alteração do espaço e automaticamente da paisagem, por isso as mudanças são contínuas e dinâmicas. O espaço geográfico é produto do trabalho humano sobre a natureza e todas as relações sociais ao longo da história.

O espaço geográfico abriga todas as partes do planeta passíveis de serem analisadas, catalogadas e classificadas pelas inúmeras especialidades da ciência geográfica.

No entanto, surgiram novos conceitos acerca desse tema. Por exemplo, a configuração da hierarquia das cidades provavelmente é proveniente do estudo do conjunto de atividades de bens e serviços disponíveis para aquelas populações que vivem nas proximidades (áreas rurais, cidades menores), aqui existe um espaço hierárquico e não homogêneo, como no caso do cerrado.

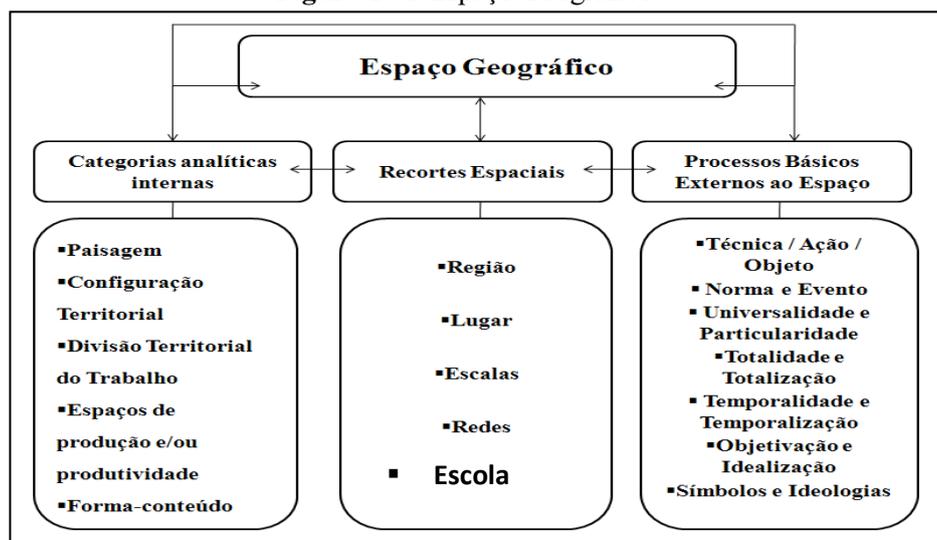
A Geografia Cultural na análise do ser humano disponibiliza outra definição para o significado de Espaço Geográfico: lugar onde os seres vivos, inclusive os humanos, buscam instituir laços afetivos relacionados ao respeito ou mesmo ao temor. Os espaços sagrados formados por um conjunto de ritos religiosos e culturais são exemplos de conceitos que a expressão pode ter.

Na teoria exposta por Santos (1996) que é uma teoria da ação. O espaço é o resultado da ação e objeto articulados, potência e atos dialeticamente integrados num sistema, sendo assim, a ação exprime-se e se realiza no objeto. O objeto tem autonomia de existência, mas não tem autonomia de significação. O que ele é vem das diferentes relações que mantém com o todo, e, portanto, com os Sujeitos. Os objetos que constituem o Espaço Geográfico são obrigatoriamente contínuos e a população de objetos considerada pelo autor não resulta de uma seleção, ainda que sábia e metódica, do pesquisador. O espaço dos geógrafos leva em conta todos os objetos existentes numa extensão contínua.

O comportamento da ação tem uma orientação que dá ligação e sentido ao ato projetado, subordinada a normas. A ação é um processo dotado de propósito dado o seu caráter de intencionalidade, uma essencialidade portada pela técnica na formada divisão do trabalho e que liga ação e objeto numa relação de sujeito-objeto.

Santos (1996), faz a seguinte distinção das formas de análises do espaço: em categorias analíticas internas, em recortes espaciais e em processos básicos externos ao espaço. Com esse enfoque não hierarquizado, porém interligado, e, com, a visualização de alguns principais alicerces constituintes do espaço, temos assim, no esquema (figura 1) a seguir, uma possibilidade de compreensão da disposição das categorias, facilitando a leitura do objeto de estudo geográfico.

**Figura 1: O Espaço Geográfico.**



**Fonte:** PINTO, 2010.

Neste momento pensamos que o espaço geográfico deve ser considerado como algo que participa igualmente da condição do social e do físico, um misto, um híbrido amalgamado. Cabe a Geografia formular e estabelecer os conceitos de Espaço Geográfico e espaço, não podendo ser encontradas em outras disciplinas.

Conforme Castrogiovanni (2005, p.12), “[...] o espaço é tudo e todos: compreende todas as estruturas e formas de organização e interações, E, portanto, compreensão da formação dos grupos sociais, a diversidade social e cultural, assim como apropriação da natureza por parte dos homens”. Conferindo assim, uma propriedade complexa ao espaço geográfico, a partir da compreensão da totalidade e da própria inter-relação.

Reforçando a presença do pensamento complexo inserido no conceito de espaço geográfico, Suertegaray (2000) classifica o espaço como “uno e múltiplo”

[...] podemos pensar o espaço geográfico como um todo uno e múltiplo, aberto a múltiplas conexões que se expressam através dos diferentes conceitos já apresentados. Estes ao mesmo tempo em que se separam visões também as unem [...] o espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem e ou território, e ou lugar, e ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais (p.31).

A partir dos infinitos recortes que podemos atribuir ao espaço, ainda implica em dúvidas quanto à escolha sobre qual conceito operacional que daremos enfoque diante a um determinado estudo, pois bem, essa inquietação pode ser suprimida quando não negamos a complementação dos conceitos e sua articulação, cada conceito operacional ou categoria do espaço apresentam de fato diferentes olhares e expressam diferentes leituras e, é, no caminho do método, da pesquisa que elegeremos por qual ótica do espaço seguiremos nosso estudo.

## REFERÊNCIAS

- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos. **A Complexidade do Espaço Geográfico Escola: lugar para estudar ou entre - lugar para turistificar?**. Cadernos do Aplicação (UFRGS). 2006. v. 19, p. 87-96.
- \_\_\_\_\_, Antonio Carlos. **A geografia do espaço turístico como construção complexa da comunicação**. 2004. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- \_\_\_\_\_, Antonio Carlos; CALLAI, Helena. C.. SCHÄFFER, Neiva. O. KAERCHER, Nestor. A. (Orgs.). **Geografia em Sala de Aula: práticas e reflexões**. 4ª ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2003.
- \_\_\_\_\_, Antonio Carlos; ROSSATO, S.; LUZ, R. R. S.. **Ensino de Geografia: caminhos e encantos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007a.
- \_\_\_\_\_, Antonio Carlos. (Org). **Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano**. 4.ª ed., Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.
- CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.
- Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.
- FERNANDES, Florestan. **Educação e sociedade no Brasil**. São Paulo: Dominus e Edusp.1966.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GUARESCHI, Pedrinho A.; JOVCHELOVITCH Sandra. **Textos em Representações Sociais**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A Geografia Está em Crise**. Viva a Geografia. In: Boletim Paulista de Geografia Número 55. São Paulo: AGB - São Paulo, 1978.
- KAERCHER, Nestor André. **A Geografia Escolar na Prática Docente: a utopia e os obstáculos epistemológicos da Geografia crítica**. São Paulo, SP: USP, 2004. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- LIMA, Rita. C. P.; GONÇALVES, Marlene F. C. (Orgs.). **Sujeito, escola, representações**. Florianópolis: Insular. 2006.
- MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**. Uma nova política da espacialidade. Bertrand Brasil, 2008.
- MENEGOLLA, Maximiliano. **E agora, Escola?** Petrópolis: Vozes. 1991.
- MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORIN, Edgar. **A necessidade de um pensamento complexo**. In: Representação e complexidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

NARADOWISK, Mariano. Adeus à Infância: e à escola que educava. In: SILVA, Luiz Heron. (Org.). **A Escola Cidadã no Contexto da Globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 172-177.

PERRENOUD, Philippe; THURLER, Monica G. **As Competências para Ensinar no Século XXI - Formação dos Professores e o Desafio da Avaliação**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, N. A. (Orgs.). **Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio**. Porto Alegre: Artmed, 2007b.

SACRISTÁN. J. G. **Educar e Conviver na Cultura Global** – as exigências da cidadania. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 1996.

XAVIER, Maria Luisa M. **Os Incluídos na Escola: o disciplinamento nos processos emancipatórios** (cap. 5 – A modernidade: escola e disciplina para além das evidências – p.54 – 74). Porto Alegre, RS: UFRGS, 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.